

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE DA PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020

27 DE JANEIRO DE 2020, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças,

Senhoras e senhores Deputados,

Hoje queria falar-vos dos cento e um números de que é feito este Orçamento do Estado. O quinto orçamento que apresento a esta Câmara.

Uns pretendem mais despesa, outros propagandeiam menos impostos, e alguns propõem ainda as duas coisas ao mesmo tempo. Todos apostam no crescimento. Como se o orçamento fosse uma casa de apostas.

Os números que hoje vos apresentamos são o resultado do trabalho feito ao longo dos últimos anos e são eles que preparam o amanhã.

Um orçamento é um equilíbrio ou, como alguns pretendem, a falta dele.

Este orçamento não é a quinta-essência da ciência orçamental. Mas é o quinto orçamento que apresentamos. E tem um equilíbrio. Um saldo positivo, 0,2% do PIB. Pela primeira vez em democracia. E é assim que se aposta no futuro, é assim que se aposta nos mais jovens, no emprego, na confiança, na estabilidade económica, política e social, na democracia.

Para que serve um saldo positivo? Se ao longo de 45 anos vivemos com défices sucessivos (e demasiadas vezes excessivos) das contas públicas, se entre 1995 e 2015 o défice foi, em média, de 5% do PIB, para que serve um saldo positivo?

Esses défices significam que durante 45 anos a despesa do Estado não foi só financiada com a receita de cada ano, mas também com os impostos que outros iriam pagar no futuro, com um acréscimo de dívida pública, que atingiu em 2015 o impressionante número de 130% do PIB.

Ao longo de mais de 4 décadas gerámos dívida, um encargo para as gerações vindouras, filhos e netos.

Por isso, Portugal tem de continuar a reduzir a sua dívida pública. Até ao fim da legislatura temos como objetivo ficar abaixo dos 100% do PIB. Temos a responsabilidade de criar as condições para essa redução sustentada, para

preparar o país para o futuro, para deixar uma menor carga às gerações futuras.

Não podemos deixar aos nossos jovens um futuro caracterizado por convites para emigrar e impostos para pagar dívidas do passado.

O sucesso desta estratégia não existe sem crescimento económico.

Portugal cresce consecutivamente há **23 trimestres**. Nos últimos quatro anos batemos recordes de crescimento que tinham **mais de 20 anos** e crescemos acima da média da zona do euro. Portugal retomou o processo de convergência real e convergiu já **2 pp** e esse caminho de convergência tem de continuar.

O investimento desempenha o papel de ator principal no crescimento económico, tendo passado de **15,5%** do PIB em 2015 para **18,5%** em 2019, devendo chegar aos **19,1%** em 2020.

As exportações cresceram significativamente, passando de **40,6%** do PIB em 2015 para **43,3%** em 2019.

Esta evolução não se deve à conjuntura internacional. O crescimento da procura externa desacelerou de **5,4%** em 2015 para **2,4%** em 2019. O petróleo aumentou mais de **30%** até 2018. Deveu-se ao esforço das empresas portuguesas, que investiram e conseguiram ganhar quota de mercado ao longo de todos estes anos.

O crescimento do PIB privado é a chave deste percurso. Cresceu sempre acima do PIB total da economia, atingindo **4,2%** em 2017 e **2,8%** em 2018.

Portugal hoje investe sem pôr em causa o equilíbrio das contas externas. Nunca isto tinha acontecido.

A taxa de desemprego passou de **12,4%** em 2015 para **6,1%** em 2020. Hoje temos **metade** do número de desempregados de 2015. Em quatro anos foram criados, em termos líquidos, **350.000** novos postos de trabalho.

Mas também os salários aumentaram.

As remunerações por trabalhador cresceram **9%** entre 2015 e 2019. Com uma inflação acumulada inferior a **3,5%**, os salários reais voltaram a crescer em Portugal. Mais de **5,5%** de ganho real das remunerações. O salário mínimo foi

valorizado e atingirá os **635 euros** este ano. Não há produtividade sem salários. Nem salários sem produtividade.

Por isso temos de sinalizar que este dinamismo se deve às nossas empresas, cujo volume de negócios aumentou **16%** entre 2017 e 2018. Temos hoje empresas mais produtivas e mais eficientes (a rendibilidade dos capitais próprios foi superior a **8%**, tendo recuperado o nível de 2010), com maiores margens (uma margem operacional de **11%**), mais capitalizadas (a autonomia financeira das empresas é de **35%**, o valor mais elevado desde 2010), e com menores encargos da dívida (as despesas de financiamento das empresas diminuíram **10%**).

Não há futuro sem (ainda) mais e melhor economia e sem prosseguirmos o processo de convergência com a União Europeia de forma sustentada.

Não há futuro com dívida e sem emprego jovem.

É num futuro com mais crescimento, menos dívida e com mais emprego jovem que este orçamento aposta.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados,

Estes equilíbrios vieram para ficar.

A economia portuguesa registou sempre uma capacidade de financiamento face ao exterior positiva nos últimos anos, por isso a nossa dívida externa líquida passou de **104%** do PIB no final de 2015 para **89%** no 3.º trimestre de 2019.

Nos últimos quatro anos Portugal reduziu a sua dívida externa líquida em **15 pp.** Repito, para que na Casa da Democracia não se volte a faltar à verdade dos dados, a dívida externa tem diminuído e com ela os riscos para o futuro. Portugal está hoje melhor e mais capaz de enfrentar os riscos externos porque eliminou em larga medida os riscos de origem interna.

A posição internacional de investimento melhorou substancialmente, passando de **-119%** do PIB no final de 2015 para **-102%** do PIB.

E para além da redução da dívida pública assistimos também a uma significativa redução da dívida privada, menos **58 pp** do PIB nestes 4 anos.

Passemos então à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2020.

Comecemos pela receita.

Os impostos baixaram nos últimos quatro anos. Foi uma redução superior a **2.000 milhões** de euros.

A redução do IRS pago representa a aposta nas famílias e o incentivo às gerações futuras como resposta à dinâmica demográfica.

A proposta de lei que hoje debatemos continua este caminho. Apresenta várias medidas de incentivo à natalidade, entre as quais a majoração da dedução por dependentes até 3 anos, a qual permitirá uma poupança de **25 milhões** de euros a famílias com mais de dois filhos.

A qualificação dos mais jovens e a sua integração no mercado de trabalho são uma prioridade, através do IRS Jovem, que permitirá uma poupança de mais **25 milhões** de euros para cerca de **160 mil** jovens entre os 18 e 26 anos.

O IRS hoje pesa menos **1,3 pp** do PIB do que nos anos do colossal aumento de impostos (passou de **7,7 pp** para **6,4 pp** do PIB). Se tivéssemos mantido os valores de 2012 teríamos mais **2 mil 728 milhões** de euros de receita.

No que respeita à tributação sobre as empresas decidimos apoiar as PME, mas também o reinvestimento de lucros e o investimento nas regiões do interior.

O alargamento do regime da Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos permitirá uma poupança adicional de **20 milhões** de euros em 2020.

O alargamento da taxa reduzida de IRC para as PMEs do Interior tem um valor de **24 milhões** de euros, para criar mais riqueza e mais emprego nos territórios mais desfavorecidos.

No IVA as alterações propostas beneficiam a cultura, as famílias e as empresas. São **22 milhões** de euros de alívio fiscal no IVA em 2020.

As contribuições sociais efetivas registaram uma extraordinária progressão: **+28%** entre 2015 e 2019. Esta progressão decorreu do colossal aumento do rendimento salarial dos portugueses, mais **1.198 milhões** de euros de salários pagos por mês.

Olhemos então agora para a despesa pública,

diabolizada por uns como sendo excessiva, por outros como sendo, sempre, demasiado curta. Neste caso não interessa tanto o seu volume, mas o que fazemos com ela.

Na Saúde, estamos há cinco anos a recuperar o SNS. Em 2020, a despesa com Saúde aumenta mais de **1.900 milhões** de euros anuais face a 2015: são mais **1.000 milhões** de euros nas despesas com pessoal e **900 milhões** de euros nos consumos intermédios e prestações sociais. No final de 2019 tínhamos mais **12.000 profissionais** face ao final de 2015.

Em 2019 os pagamentos em atraso no serviço nacional de saúde atingiram mínimos históricos: reduzem-se mais **226 milhões** de euros face ao ano anterior.

O orçamento da Cultura, excluindo a RTP, cresce **9,8%** face a 2019.

Na Segurança Interna, o OE2020 inclui uma despesa total consolidada superior a **2.150 milhões** de euros, **+ 7,8%** face à estimativa para 2019.

Na Justiça, o orçamento para 2020 inclui uma despesa total consolidada superior a **1.500 milhões** de euros, o que corresponde a um acréscimo de **7,3%** face à estimativa para 2019.

Na Educação temos mais profissionais (são mais **10100**), menos alunos por turma e os manuais gratuitos (mais de **110 milhões** de euros de despesa).

As Autarquias Locais assistirão a um aumento das transferências de quase **30%** em apenas três anos (entre 2019 e 2021). É um reforço histórico. Em 2020 assistir-se-á ao maior aumento de sempre, mais **274 milhões** de euros, mais **9,6%**. Um reforço orçamental que assegura um caminho certo, com conta peso e medida, para o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Mas também apostamos no emprego público, promovendo mais emprego, mais qualificado, reforçando as áreas prioritárias.

Os salários da Administração Pública são um sinal deste esforço. Assistir-se-á a um aumento real do poder de compra dos funcionários públicos de **8,3%** entre 2015 e 2020. Trata-se de um aumento nominal de **3.200 milhões** de euros, que corresponde a um crescimento de **15,8%** da despesa.

Aumentamos pela primeira todas as prestações sociais, reforçando o nosso compromisso com os mais frágeis na nossa sociedade.

Na parentalidade, no abono de família, no Complemento Solidário para Idosos, na Prestação Social para a Inclusão, nas pensões de velhice, o OE 2020

projeta um crescimento de cerca de **5 mil milhões** de euros face a 2015, com crescimentos acima da inflação nos últimos anos.

Nunca nos últimos 30 anos em Portugal se assistiu a um reforço desta dimensão.

E temos o investimento público, que suscita muitos discursos envoltos em mitos e frases feitas e pouco sustentados nos dados e na realidade.

Em 2020, o investimento aumentará **21,7%** quando comparado com o ano de 2015. Serão mais **876,8 milhões de euros**.

E para quem tem dúvidas sobre esta previsão de crescimento do investimento, já hoje à tarde ficaremos a saber que em 2019 o investimento público aumentou **20,6%** na Administração Central.

O investimento financiado pelo Orçamento do Estado, por receitas de impostos, aumenta **35,6%**, mais **1046 milhões** de euros.

A consolidação orçamental não feita concretizada à custa da redução do investimento público. É falso. Foi precisamente o contrário!

Há quem argumente que o investimento fica sempre aquém do orçamentado. É verdade. Por definição assim é. Só agora se percebeu isso? Mais vale tarde do que nunca. Mas os desvios na última legislatura foram menores do que na legislatura anterior. Mais investimento e menos desvios (o grau de execução melhorou 15%).

Este investimento é transversal e plurianual: 3.179 milhões de euros nos transportes; 950 milhões na Saúde; 537 milhões na Educação; mais 1.945 milhões na Defesa; 457 milhões na Agricultura, para o regadio.

A despesa pública tem crescido, com a responsabilidade e rigor e como nunca em 45 anos de democracia tinha acontecido.

Uma queda da despesa em percentagem do PIB sem pôr em causa o objetivo último: o de financiar as políticas sociais.

Hoje há mais 9.500 milhões de euros de despesa corrente e investimento. Uma enorme responsabilidade da Administração Pública, um enorme contributo para o futuro do país.

Estes são os números que caracterizam a composição do OE 2020.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,

Desapareceram os cortes cegos e transversais. Não voltaram os aumentos visionários e generalizados.

Desapareceram os choques fiscais milagreiros. Não, não voltaram os aumentos colossais e curandeiros.

Os impostos são receita de hoje, a dívida são os impostos de amanhã.

A partir de 2020 não gastamos hoje para pagar amanhã.

E assim voltamos às contas certas.

Desde 2015 o saldo orçamental melhorou **4.6 pp** do PIB e o saldo primário **3 pp**. O saldo estrutural melhorou **2 pp**, e o Objetivo de Médio Prazo será atingido em 2020.

O rácio da dívida pública cai **15 pp** entre 2015 e 2020, para um valor próximo dos **116%** do PIB.

Os objetivos orçamentais foram pela primeira vez atingidos em democracia em 2016 e desde então foram já cumpridos **quatro** vezes. E serão este ano pela quinta vez consecutiva.

As contas certas, são certas porque executam a despesa: **99,6%** do valor orçamentado para a despesa total foi executado em 2018, o valor mais elevado dos últimos anos.

A despesa pública primária tem apresentado um forte crescimento, com uma taxa de variação de **4,2%** em 2020. Um crescimento superior ao da média da área do euro.

As contas certas trouxeram finalmente um alívio no pagamento de juros.

A responsabilidade pela melhoria da notação financeira tem diferentes causas, **mas todas elas residem em Portugal.**

Em 2020, os juros irão representar **2,9%** do PIB, o valor mais baixo dos últimos dez anos, e menos **2 pp** do que em 2014, ano em que pagámos mais **2.079 milhões** de euros em juros.

Só com as amortizações antecipadas dos empréstimos PAEF foram conseguidas poupanças de mais de **mil milhões** de euros desde 2015.

As contas certas não são uma epifania. Não são um sonho de uma noite de verão. Não são um milagre, nem um golpe de magia. São o resultado do trabalho sério de todos os portugueses, mas que ainda está longe de estar concluído.

As contas certas são um compromisso para com os portugueses, assumido no verão de 2015 e cumprido ano após ano desde então.

Sem as contas certas o que foi conquistado não o teria sido. Sem contas certas o futuro é posto em causa.

Deixámos para trás o período em que as contas certas só se aplicavam aos outros. Hoje todos sentimos o dever e a necessidade de prestar contas.

Este é um orçamento com mais investimento (**18%**), mais prestações sociais (**1200 ME**), mais saúde (**941 ME**) e mais exigência (**10 milhões** de portugueses). Mas também com menos dívida (**-2,7pp**), menos impostos (**-150 ME**), menos juros pagos (**-160 ME**) e menos desemprego (taxa cai para **6%**).

São estes os 101 números que descrevem os compromissos assumidos e cumpridos.

Um orçamento de futuro e de confiança para todos os portugueses.

Muito obrigado.